



EXAME CFC

SIMULADO TEMÁTICO 08

QUESTÕES

LISTA DE QUESTÕES

1. Um dos princípios orçamentários consagrados pela ordem constitucional é o da universalidade, que, entre outros aspectos, determina

- a) a impossibilidade de instituição de dotações sem finalidade predeterminada, vedada alocação de percentual da receita corrente líquida para cobertura de passivos contingentes.
- b) a vedação de instituição de fundos especiais de despesa, com inviabilidade de destinação de quaisquer tributos para destinação específica.
- c) que todas as despesas e receitas devem integrar a lei orçamentária anual, o que não impede, contudo, a abertura de créditos adicionais mediante autorização legal específica.
- d) a obrigatoriedade de previsão, na lei orçamentária anual, também das receitas resultantes de operação de crédito e do montante total de créditos extraordinários para o exercício correspondente.
- e) a fixação, na lei orçamentária anual, também das receitas extraorçamentárias, assim entendidas aquelas que não decorrem da arrecadação ordinária, como, por exemplo, a securitização de recebíveis.

2. De acordo com o princípio orçamentário

- a) da publicidade, um ente público municipal deve publicar relatórios sobre sua gestão fiscal ao final de cada bimestre.
- b) da exclusividade, o exercício financeiro orçamentário de um ente público municipal deve coincidir com o ano civil.
- c) da exclusividade, o Poder Executivo municipal deve fazer ou deixar de fazer somente aquilo que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual expressamente autorizarem.
- d) do orçamento bruto, um ente público municipal deve registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- e) da especificação, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de crédito suplementar.

3. Um dos princípios que informam a elaboração do orçamento público é o da discriminação, o qual

- a) impede a inclusão de dotações globais ou inespecíficas, não afastando, contudo, a previsão de reserva de contingência em percentual da receita corrente líquida.
- b) determina que as receitas devem estar discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual, impedindo o recolhimento em montantes superiores no curso do exercício.
- c) predica que todas as despesas públicas devem estar previamente descritas na Lei Orçamentária Anual, embora não destinadas a órgãos específicos.
- d) determina que as despesas devem estar especificadas ao menos por categoria econômica, salvo aquelas destinadas a ações incluídas no Plano Plurianual.
- e) predica que apenas as receitas e despesas expressamente discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias podem ser incluídas na Lei Orçamentária Anual.

4. O governo federal, ao final de 2018, anunciou uma previsão de déficit orçamentário de R\$ 159 bi. Tal previsão, além da óbvia questão de sua necessidade de financiamento pela sociedade, fere princípios orçamentários, dentre os quais destaca-se o

- a) da Unidade.
- b) da Anualidade.
- c) da Exclusividade.
- d) da Programação.
- e) do Equilíbrio.

5. No que concerne às autorizações para realização de despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual, não são admissíveis dotações inespecíficas e globais. Constitui exceção a tal princípio, além dos programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinada às normas gerais de execução de despesas, também

- a) a reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida e destinada a cobertura de passivos contingentes.
- b) os créditos suplementares, destinados à cobertura de despesas não dotadas ou insuficientemente previstas na LDO.
- c) os créditos extraordinários, destinados a cobertura de situações de calamidade pública ou comoção social.
- d) os restos a pagar, classificados como despesas extra orçamentárias e passíveis de pagamento com recursos do exercício em curso.
- e) as programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais de natureza impositiva, limitadas a 2% da receita corrente líquida.

6. Um ente público municipal recebeu, em 31/07/2018, um depósito caução no valor de R\$ 68.000,00. Nesse ente público municipal e, nessa data, para a contabilização de

- a) um ingresso extraorçamentário foi debitado uma conta de ativo permanente.
- b) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi debitada uma conta de ativo financeiro.
- c) um ingresso extraorçamentário foi creditado uma conta de passivo financeiro.
- d) uma variação patrimonial aumentativa independente da execução orçamentária foi creditada uma conta de resultado patrimonial.
- e) um ingresso decorrente da execução orçamentária foi debitado uma conta de ativo financeiro.

7. A respeito das receitas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) São espécies de tributos as taxas, as multas de trânsito, os preços públicos, os impostos e as contribuições de melhoria.
- b) São inexistentes no Brasil as chamadas “receitas inflacionárias”.
- c) São exemplos de receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária e industrial.
- d) Os tributos são considerados como receitas originárias, por decorrerem da exploração do potencial decorrente do patrimônio estatal primário.

e) São receitas de transferências de capital as dotações para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

8. Os recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário e cuja devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), são considerados

- a) incrementos de caixa.
- b) reforço de caixa.
- c) créditos extraordinários.
- d) créditos por ingressos ordinários.
- e) ingressos extraorçamentários.

9. A doutrina classifica as receitas públicas com relação à procedência, em Originárias e Derivadas. São receitas públicas Derivadas aquelas oriundas de

- a) serviços industriais.
- b) receitas tributárias.
- c) aluguel de imóveis.
- d) venda de produtos agropecuários.
- e) operação de crédito

10. Em relação à receita orçamentária, é correto afirmar que

- a) os recebimentos de aluguéis de imóveis de propriedade do ente público são classificados como receitas de capital.
- b) as receitas orçamentárias efetivas são aquelas cujo ingresso é precedido do reconhecimento do passivo ou correspondem a direitos já registrados na contabilidade pública.
- c) a inscrição da dívida ativa relativa ao ente público é classificada como receita orçamentária de capital.
- d) receitas orçamentárias originárias são aquelas que correspondem aos ingressos derivados da exploração de atividades econômicas pelo ente público.
- e) o recebimento de contribuições de intervenção no domínio econômico é uma receita de capital.

11. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todos esses recursos são receitas orçamentárias.

Alguns ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos têm natureza extraorçamentária, que se caracteriza por:

- a) envolver somente receitas derivadas;
- b) poder ou não ser prevista no orçamento;
- c) poder ser efetiva ou não efetiva;
- d) representar recursos de natureza transitória;
- e) ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.

12. A respeito da classificação das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

I A classificação funcional fundamenta-se no instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações necessárias para a concretização de um objetivo comum preestabelecido.

II Despesa orçamentária é toda transação que, para ser efetivada, depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária; contudo, há dispêndios não previstos na LOA, que, portanto, não constituem despesa orçamentária.

III Em regra, receitas públicas não incluem os ingressos financeiros de caráter compensatório, limitando-se àquelas que possuam caráter orçamentário, ainda que não previstas na LOA.

IV A exploração do patrimônio intangível público classifica-se como outras receitas de capital.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

13. As receitas públicas são classificadas em

- a) categorias econômicas, como “corrente” ou “de capital”.
- b) espécies, como “corrente” ou “de capital”.
- c) origens, como “orçamentária” e “extraorçamentária”.
- d) alíneas, como “derivada” e “originária”.
- e) gêneros, como “tributário” e “não tributário”.

14. As receitas, cuja arrecadação ocorre dentro do exercício financeiro, contribuem para o aumento das disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e nas ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas, e provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio, entre outras, são classificadas como

- a) financeiras.
- b) intraorçamentárias.
- c) de transferência.
- d) arrecadatórias.
- e) correntes.

15. Em relação à receita e sua classificação, é correto afirmar que

a) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

b) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria

financeira, destinado- -se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

- c) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
- d) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- e) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

16. A receita pública destinada ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por entidades públicas compreende:

- a) impostos, somente.
- b) taxas públicas específicas, somente.
- c) impostos, taxas e contribuições.
- d) taxas e outros serviços com destinação específica.
- e) serviços públicos específicos.

17. De acordo com o Ementário da Natureza de Receita, a receita arrecadada em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 1.250.000,00 com Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural deve ser classificada, quanto à

- a) espécie, como Contribuição de Melhoria.
- b) origem, como Contribuições.
- c) origem, como Contribuição de Melhoria.
- d) espécie, como Receitas Correntes.
- e) categoria econômica, como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

18. Em relação à despesa pública, é correto afirmar:

- a) despesas orçamentárias efetivas aumentam a situação líquida patrimonial.
- b) a liquidação da despesa é o terceiro estágio da execução orçamentária.
- c) o empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo.
- d) o processo de fixação da despesa orçamentária ocorre na LDO.
- e) despesas orçamentárias não efetivas aumentam a situação líquida patrimonial.

19. Quando ocorre um pagamento extraorçamentário, não há registro de despesa, mas uma desincorporação de passivo ou uma apropriação de ativo. Um exemplo típico seria o pagamento

- a) de aposentadorias e pensões do RPPS.
- b) de salário-família e salário-maternidade.
- c) de despesas de exercícios anteriores.

- d) de equipamentos e material permanente.
- e) de aquisição de imóveis e constituição de fundos rotativos.

20. Assinale a alternativa correta.

- a) As transferências voluntárias consistem na movimentação de recursos do órgão central de programação financeira entre órgãos e entidades da administração direta e indireta após abertura de crédito extraordinário.
- b) Crédito orçamentário é aquele aprovado na lei de responsabilidade fiscal, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não endividadas.
- c) Despesas orçamentárias públicas representam o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção de serviços públicos prestados à sociedade.
- d) O suprimento de fundos é uma obrigação com um servidor para futura prestação de contas e podem ser processados e não processados.
- e) Os restos a receber são originados de compromissos gerados no exercício financeiro anterior, para os quais o orçamento não tinha crédito com saldo orçamentário suficiente.

21. De acordo com a Lei no 4.320/64, é vedada a realização de despesa sem autorização específica preconizada na mesma Lei. Para isso, será extraído um documento que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. Tal documento denomina-se:

- a) nota de empenho.
- b) recibo a liquidar.
- c) restos a pagar.
- d) nota fiscal.
- e) dotação a liquidar.

22. Na execução do orçamento, nos termos da Lei nº 4.320/64, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar. Trata-se

- a) do empenho.
- b) da nota de empenho.
- c) da ordem de pagamento.
- d) da liquidação.
- e) do precatório.

23. No que se refere à execução orçamentária, a despesa será efetivada mediante o cumprimento de estágios: o primeiro deles é o empenho. Julgue os itens subsequentes, a respeito das modalidades de empenho.

I No empenho ordinário, o ordenador conhece o valor exato da despesa e, assim, o empenha para pagamento em única vez, a exemplo da aquisição de móveis.

II No empenho global, o ordenador realiza o empenho no valor total da despesa, que será paga, no entanto, de forma parcelada, a exemplo de contratos de construção.

III O empenho por estimativa será realizado quando o ordenador não conhece o montante exato da despesa, a exemplo dos valores destinados à aquisição de passagens.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

24. Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.
- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

25. Para o registro contábil da abertura de um crédito adicional especial, uma conta da classe

- a) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento é debitada.
- b) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento é debitada.
- c) Controles Devedores é creditada.
- d) Variação Patrimonial Aumentativa é creditada.
- e) Ativo é debitada.

26. “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” e “Receita a Realizar” são, respectivamente, um

- a) título da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- b) grupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um título da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- c) grupo da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um título da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- d) item da classe Variação Patrimonial Aumentativa e um subgrupo da classe Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- e) subgrupo da classe Variação Patrimonial Diminutiva e um subgrupo da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

27. Na metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis estão segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados, o que permite o registro dos

dados contábeis de forma organizada e facilita a análise das informações de acordo com sua natureza. Nessa metodologia, o PCASP está estruturado conforme as naturezas das informações contábeis

- a) orçamentária, financeira e de compensação.
- b) operacional, de financiamentos e de investimentos.
- c) fiscal, de seguridade social e de investimentos.
- d) patrimonial, de investimentos e de financiamentos.
- e) orçamentária, patrimonial e de controle.

28. Um município apresentou os seguintes dados referentes ao seu último exercício social:

	Em R\$
Receita prevista	1.000.000,00
Receita arrecadada	800.000,00
Receita prevista	1.000.000,00
Despesa empenhada	700.000,00
Despesa liquidada	300.000,00

O resultado orçamentário do exercício é, em R\$:

- a) 100.000,00
- b) 200.000,00
- c) 300.000,00
- d) 400.000,00
- e) 500.000,00

29. O demonstrativo contábil cujo objetivo é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, denomina-se

- a) balanço patrimonial.
- b) balanço financeiro.
- c) demonstração dos fluxos de caixa.
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- e) balanço orçamentário.

30. A respeito das informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira que devem ser consideradas na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do setor público, assinale a opção correta.

- a) Quando houver informações de fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira, a DFC deve ser elaborada pelo método indireto.
- b) Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda de apresentação da entidade.

- c) Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras devem ser incluídos nos fluxos de caixa.
- d) Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade.
- e) Para fins de padronização e consolidação das contas públicas, os efeitos das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa devem ser classificados no fluxo das atividades operacionais.